TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Escola de Contas e Capacitação Professor Pedro Aleixo
Coordenadoria de Biblioteca e Gestão de Informação

PESQUISA TEMÁTICA

Impactos da COVID-19 no exercício do controle externo

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS

DIRETORIA DA ESCOLA DE CONTAS E CAPACITAÇÃO PROFESSOR PEDRO ALEIXO

COORDENADORIA DE BIBLIOTECA E GESTÃO DE INFORMAÇÃO (CBGI)

IMPACTOS DA COVID-19 NO EXERCÍCIO DO CONTROLE EXTERNO

Pesquisa Temática

Maio 2020

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS

PRESIDENTE
Conselheiro Mauri José Torres Duarte

VICE-PRESIDENTE
Conselheiro José Alves Viana

CORREGEDOR
Conselheiro Gilberto Pinto Monteiro Diniz

OUVIDOR
Conselheiro Durval Ângelo Andrade

CONSELHEIROS
Wanderley Geraldo de Ávila
Sebastião Helvecio Ramos de Castro
Cláudio Couto Terrão

CONSELHEIROS SUBSTITUTOS
Licurgo Joseph Mourão de Oliveira
Hamilton Antônio Coelho
Adonias Fernandes Monteiro
Victor de Oliveira Meyer Nascimento

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS

PROCURADORA-GERAL
Elke Andrade Soares de Moura
SUBPROCURADOR-GERAL
Marcílio Barenco Corrêa de Mello

PROCURADORES
Maria Cecília Mendes Borges
Glaydson Santo Soprani Massaria
Sara Meinberg Schmidt Andrade Duarte
Cristina Andrade Melo
Daniel de Carvalho Guimarães

ESCOLA DE CONTAS E CAPACITAÇÃO PROFESSOR PEDRO ALEIXO

NAILA GARCIA MOURTHÉ – DIRETORA

COORDENADORIA DE BIBLIOTECA E GESTÃO DE INFORMAÇÃO (CBGI)

ANA MARTA ACCORONI GONÇALVES ARAÚJO – COORDENADORA

ANA CAROLINA FERREIRA

ARIADNE ANTUNES VILAÇA TEIXEIRA

CLÁUDIA ALMEIDA FERNANDES

DIOGO RIBEIRO FERREIRA

DYANA MARIA TEIXEIRA DA CUNHA BOREL

JORDANA BARBOSA DA COSTA E CASTRO

JUSSARA FERREIRA ALVES

SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO 6
2 CONTEXTUALIZAÇÃO 8
3 REFERÊNCIAS DOUTRINÁRIAS 11
4 ORIENTAÇÕES PRÁTICAS 14
5 MANUAIS, CARTILHAS E PORTAIS DE REFERÊNCIA 15
6 PARECERES JURÍDICOS 18
7 PARECERES EM CONSULTA 21
8 LEGISLAÇÃO FEDERAL - DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO (SEÇÃO 1) 23
9 LEGISLAÇÃO ESTADUAL 28
10 ATOS NORMATIVOS DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS - DIÁRIO OFICIAL DE CONTAS 31
11 ATOS NORMATIVOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS - DIÁRIO OFICIAL DE CONTAS 33
12 ATOS NORMATIVOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE MINAS GERAIS (ALMG) 34
13 ATUAÇÃO DOS TRIBUNAIS BRASILEIROS 35
14 NOTAS TÉCNICAS E NORMATIVO DE INSTITUIÇÕES DE CONTROLE 38
15 PUBLICAÇÕES COMPLEMENTARES 40

1. APRESENTAÇÃO

Considerando que a Constituição da República de 1988, em seus artigos 70 a 75, determina que a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial dos recursos públicos e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, será exercida pelo sistema de controle externo, incluindo o Parlamento e os Tribunais de Contas brasileiros, bem como pelo controle interno de cada Poder;

Considerando a situação de Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional (ESPII), declarada em 30/1/2020, pela Organização Mundial de Saúde (OMS), em decorrência da doença covid-19 que foi, posteriormente, em 11/3/2020, caracterizada como pandemia;

Considerando a Portaria n. 23/Pres./TCEMG/2020, que instituiu o Comitê de Coordenação das Ações de Acompanhamento das Medidas de Combate à Pandemia da covid-19 com o objetivo de auxiliar Estado e municípios na tomada de decisão em relação às medidas a serem adotadas para combater os problemas e os efeitos causados pela pandemia;

Considerando o papel pedagógico da Escola de Contas e Capacitação Professor Pedro Aleixo no suporte às ações de capacitação no contexto do controle externo no âmbito do Estado de Minas Gerais;

Considerando as competências da Coordenadoria de Biblioteca e Gestão de Informação (CBGI), definidas no artigo 71 da Resolução n. 2/TCEMG/2019;

Considerando a importância da divulgação e disseminação de informações digitais em tempos de trabalho remoto;

A equipe da CBGI, do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais (TCEMG), apresenta, aos seus usuários, uma seleção das mais recentes publicações legislativas, doutrinárias, orientações técnicas, manuais, cartilhas, pareceres jurídicos e jurisprudência referentes à covid-19 e seus impactos no exercício do controle externo. Esta publicação não possui caráter vinculativo, apenas informativo e pretende ser uma fonte de informação preliminar para a contextualização do assunto. Ressalta-se que,

devido ao estágio de discussão sobre a temática e às constantes mudanças legislativas e jurisprudenciais pelas quais o tema vem passando, entende-se que este trabalho pode requerer atualizações futuras. Ciente dessa necessidade a equipe da CBGI está acompanhando, diariamente, as novas publicações das principais editoras do Brasil, as alterações legislativas e as discussões jurisprudenciais sobre o assunto.

Sugestões, críticas ou colaborações poderão ser enviadas pelo *Fale com o TCEMG*, disponível no portal do Tribunal, ou pelo *e-mail*: biblioteca@tce.mg.gov.br.

Equipe da Coordenadoria de Biblioteca e Gestão de Informação (CBGI)

2 CONTEXTUALIZAÇÃO

Segundo o Ministério da Saúde (MS), a covid-19 é uma doença causada pelo agente coronavírus SARS-CoV-2**,** cujo quadro clínico varia de infecções assintomáticas a quadros respiratórios graves. A maioria dos pacientes com a covid-19 (cerca de 80%) pode ser assintomática e cerca de 20% dos casos podem requerer atendimento hospitalar por apresentarem dificuldade respiratória e, desses casos, aproximadamente 5% podem necessitar de suporte para o tratamento de insuficiência respiratória (BRASIL. Ministério da Saúde, 2020)[1].

A partir de 11 de março de 2020, a covid-19 foi classificada como pandemia pela Organização Mundial da Saúde (OMS), um indicador de que a doença havia adquirido proporções mundiais e se espalhado por todas as regiões do planeta, causando incertezas quanto ao futuro político-econômico e social de diversos países. Os seus efeitos ainda são incalculáveis e temidos pela sociedade.

Segundo o secretário-geral da Organização das Nações Unidas (ONU), António Guterres, a pandemia de covid-19 é o maior desafio que o mundo enfrenta desde a Segunda Guerra Mundial. Para ele, a situação pode levar a uma recessão sem paralelo e, por isso, exige resposta forte e eficaz. "É a combinação de uma doença ameaçadora para todo o mundo e de um impacto econômico que conduzirá a uma recessão sem precedentes"[2], argumenta Guterres para explicar por que essa pandemia é o pior momento desde que as Nações Unidas foram criadas, há 75 anos.

Diante desse cenário excepcional e da necessidade de a administração pública obter subsídios para gerir o sistema de saúde e atuar no enfrentamento da pandemia, a legislação e a jurisprudência brasileiras têm passado por constantes reformulações. Tais mudanças impactam diretamente na atuação dos tribunais de contas, cujas competências precípuas são a fiscalização e o controle externo dos

---

[1] BRASIL. Ministério da Saúde. **Coronavírus**: covid-19. Disponível em: https://coronavirus.saude.gov.br/sobre-a-doenca#o-que-e-covid. Acesso em: 22 abr. 2020.

[2] AGÊNCIA BRASIL. **Pandemia é maior desafio desde a 2ª Guerra Mundial, alerta ONU**: para a organização, pandemia pode levar a recessão sem paralelo. Disponível em: https://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2020-04/pandemia-e-maior-desafio-desde-2a-guerra-mundial-alerta-onu. Acesso em: 12 maio 2020.

recursos públicos, mas também a orientação ao gestor público nesse momento excepcional no qual é necessário gerir o orçamento público, realizar contratações emergenciais e adaptar as relações de trabalho.

Assim, tendo em vista que os tribunais de contas também desempenham função educativa e de orientação ao gestor público, torna-se fundamental que as informações técnicas sobre a doença e seus impactos no controle externo sejam disponibilizadas e acessíveis a todos os interessados.

Esta pesquisa temática foi organizada com o objetivo de compilar e disseminar as mais recentes publicações doutrinárias, legislativas, pareceres jurídicos, jurisprudência e orientações técnicas para subsidiar a atuação dos gestores públicos e dos auditores de controle externo. Não se tem o objetivo de esgotar o tema, que se encontra em discussão no âmbito do controle externo, reiterando-se que este trabalho não possui caráter oficial, tampouco vinculativo a qualquer entendimento oficial do TCEMG, sendo apenas de cunho informativo.

Priorizou-se, quando possível, disponibilizar documentos com *links* diretos para os seus conteúdos, sejam aqueles disponíveis nos sítios governamentais oficiais, seja na Biblioteca Digital do TCEMG (*software* SophiA), a partir de publicações de órgãos públicos e editoras comerciais com a as quais o Tribunal mantém contrato de fornecimento de periódicos. Assim, o usuário terá acesso ao documento na íntegra, ao clicar no *link* "Acesse", sendo remetido para a Biblioteca Digital do TCEMG quando o conteúdo da publicação não for de acesso público. Nesse caso, o usuário do TCEMG poderá acessar o documento ao digitar o *login*[3] e a senha para acesso ao conteúdo restrito, disponível na Biblioteca Digital institucional. É possível, também, navegar pelo conteúdo da pesquisa, ao clicar nos títulos das seções e subseções, por meio do sumário.

A estrutura da pesquisa temática "Impactos da covid-19 no exercício do controle externo" foi organizada da seguinte forma: as seções 1 e 2 são introdutórias; as referências doutrinárias estão apresentadas na seção 3; as orientações práticas, na seção 4; os manuais, cartilhas e portais governamentais de referência sobre o tema, na seção 5; os pareceres jurídicos apresentam-se na seção 6; pareceres em consulta estão expostos na seção 7; já as referências legislativas federal e estadual são apresentadas

[3] *Login* e senha utilizados para acessar o SophiA (*software* gerenciador do acervo bibliográfico da Coordenadoria de Biblioteca e Gestão de Informação do TCEMG).

nas seções 8 e 9, respectivamente; os atos normativos do TCEMG e do Ministério Público de Contas do Estado de Minas Gerais, nas seções 10 e 11, nessa ordem; por sua vez, os atos normativos da ALMG apresentam-se na seção 12; as decisões dos tribunais brasileiros estão elencadas na seção 13; a seção 14 expõe notas técnicas e normativo de instituições de controle e, por fim, a seção 15 agrupa publicações complementares.

Palavras-chave: Controle externo. Tribunal de contas. Saúde pública. Pandemia. Covid-19.

3 REFERÊNCIAS DOUTRINÁRIAS

BITTENCOURT, Sidney. A contratação emergencial por dispensa de licitação em função da pandemia provocada pelo novo coronavírus. **Boletim Governet de Administração Pública e Gestão Municipal**, Curitiba, 2020[4]. *Preprint*. Acesse.

CALCINI, Ricardo (org). **Coronavírus e os impactos trabalhistas**: direitos e obrigações dos trabalhadores e das empresas: perguntas e respostas. Leme, SP: JH Mizuno, 2020. *ebook*.

CALDAS, Filipe Reis. Da responsabilização do Estado por atos legislativos em tempos de Covid-19. **Boletim Governet de Administração Pública e Gestão Municipal**, 2020. *Preprint*. Acesse.

CALDAS, Mirela Reis. Antecipação de tributos e créditos adicionais durante coronavírus. **Boletim Governet de Orçamento e Finanças**, 2020. *Preprint*. Acesse.

CAMARÃO, Tatiana Martins da Costa. A eficiência nas contratações públicas: lições que podemos aprender com a pandemia. **Zênite Fácil***,* categoria Doutrina, abr. 2020. Disponível em: http://www.zenitefacil.com.br. Acesso em: 6 maio 2020. Acesse.

CAMARÃO, Tatiana Martins da Costa (coord.). **Perguntas e respostas fórum on-line impacto da covid-19 nas contratações públicas**. Belo Horizonte: Fórum, 2020. Acesse.

CARDOSO, Philipe Monteiro. **Impacto de uma pandemia nas relações jurídicas**. Rio de Janeiro: Cardoso Advogados, 2020. *ebook*.

COIMBRA, José Duarte; CALDEIRA, Marco; SERRÃO, Tiago. **Direito administrativo da emergência**: organização administrativa, procedimento administrativo, contratação pública e processo administrativo na resposta à covid-19. Lisboa: Edições Almedina, 2020. *ebook*

DANTAS, Bruno *et al*. Crise e execução do orçamento público no contexto atual brasileiro. **Fórum Administrativo**, Belo Horizonte, v. 20, n. 230, p. 9-19, abr. 2020. Acesse.

DÓRIA, Patrícia Lima; MENEZES, Verônica S. de Novaes. O paradigma da vedação à antecipação de pagamento e o novo coronavírus. **Zênite Fácil**, categoria Doutrina, abr. 2020. Disponível em: http://www.zenitefacil.com.br. Acesso em: 28 abr. 2020. Acesse.

[4] Em razão da pandemia instaurada pela covid-19 e das dúvidas sobre as implicações jurídicas decorrentes dessa crise, a Editora Governet irá publicar, entre os meses de maio e junho de 2020, todos os artigos produzidos sobre o tema pelos seus colaboradores. Como, contudo, o procedimento editorial é relativamente longo, a Editora disponibiliza, desde já, os textos em versão digital, no sítio www.governet.com.br, no formato *preprint*, a fim de permitir o acesso imediato aos artigos.

FERNANDES, Jorge Ulisses Jacoby *et al*. **Direito provisório e a emergência do coronavírus**. Belo Horizonte: Fórum, 2020. Acesse.

FORTINI, Cristiana; CAMARÃO, Tatiana. A busca por procedimentos mais singelos na tradicional por dispensa de emergência: aprendizados do covid-19. **Zênite Fácil**, categoria Doutrina, 27 abr. 2020. Disponível em: http://www.zenitefacil.com.br. Acesso em: 28 abr. 2020. Acesse.

HEINEN, Juliano. Ilegalidades e inconstitucionalidades em época de coronavírus. **Fórum de Contratação e Gestão Pública**, Belo Horizonte, v. 19, n. 220, p. 35-42, abr. 2020. Acesse.

INTERNATIONAL ORGANIZATION OF SUPREME AUDIT INSTITUTIONS (INTOSAI). **Accountability in a time of crisis**. 2020. Disponível em: https://www.idi.no/en/covid-19-paper. Acesso em: 27 abr. 2020. Acesse.

JORGE NETO, Francisco Ferreira; CAVALCANTE, Jouberto de Quadros Pessoa; WENZEL, Letícia Costa Mota. O coronavírus: uma pandemia jurídica trabalhista e a MP n. 927/2020. **R. Fórum Just. do Trabalho**, Belo Horizonte, v. 37, n. 436, p. 81-97, abr. 2020. Acesse.

JUSTEN FILHO, Marçal *et al*. **Covid-19 e o direito brasileiro**. 2. ed. atual. ampl. Curitiba: Justen, Pereira, Oliveira & Talamini, 2020. *ebook*.

LIMA, Edcarlos Alves. A questão do pagamento antecipado no âmbito das contratações públicas, sobretudo as destinadas ao enfrentamento da covid-19. **Zênite Fácil**, categoria Doutrina, abr. 2020. Disponível em: http://www.zenitefacil.com.br. Acesso em: 28 abr. 2020. Acesse.

LIMA, Edcarlos Alves. Aquisição de bens e insumos e contratação de serviços para o enfrentamento da emergência gerada pela pandemia do novo coronavírus. **Zênite Fácil,** categoria Doutrina, 16 abr. 2020. Disponível em: http://www.zenitefacil.com.br. Acesso em: 27 abr. 2020. Acesse.

MONTEIRO FILHO, Carlos Edison do Rêgo; ROSENVALD, Nelson; DENSA, Roberta (coord.) **Coronavírus e responsabilidade civil**: impactos contratuais e extracontratuais. Indaiatuba, SP: Foco, 2020. *ebook*.

OLIVEIRA, Rafael Carvalho Rezende. Contratação emergencial e *fast track* licitatório em tempos de crise. **Boletim Governet de Licitações e Contratos**. *Preprint.* Acesse.

OLIVEIRA, Rafael Carvalho Rezende. Estado de necessidade administrativo e o poder de polícia: o caso do novo coronavírus. **Boletim Governet de Administração Pública e Gestão Municipal**, Curitiba, n. 104, maio 2020. Disponível em: http://governet.com.br/index.php. Acesso em: 8 maio 2020. Acesse.

PAULA, Rodrigo Francisco de. **Estado de emergência na saúde pública**. Belo Horizonte: Fórum, 2017. (Fórum, 4.). Acesse.

PÉRCIO, Gabriela Verona. Descumprimento de contrato administrativo e aplicação de sanções no contexto da pandemia da covid-19. **Zênite Fácil**, categoria Doutrina, 16 abr. 2020. Disponível em: http://www.zenitefacil.com.br. Acesso em: 4 maio 2020. Acesse.

SCHRAMM, Fernanda Santos. Covid-19: quando solicitar o cancelamento da ata de registro de preços? **Zênite Fácil***,* categoria Doutrina, 3 abr. 2020. Disponível em: http://www.zenitefacil.com.br. Acesso em: 6 maio 2020. Acesse.

SIMÕES, Luiz Felipe Bezerra Almeida; FRANCA, Erivan Pereira de. **Contratações públicas em tempos de coronavírus**: visão contextualizada da lei 13.979/2020 e análise dos prováveis impactos da pandemia da covid-19 nos contratos administrativos em execução. Pinhais, PR: JML, 2020. Disponível em: https://www.jmleventos.com.br/arquivos/blog/ANEXO_1_299_BLOG_JML_REFLEXOS_DA_LEI_13979_2020_NAS_CONTRATACOES_PUBLICAS.pdf. Acesso em: 18 maio 2020. Acesse.

TOLEDO JÚNIOR. Flávio Correa de. A gestão fiscal em tempos de pandemia: com ou sem eleição para prefeitos e vereadores. **Boletim Governet de Administração Pública e Gestão Municipal**, 2020. *Preprint*. Acesse.

ZAGATTO, Thiago Anderson. **Impactos da Medida Provisória 927/2020 nas relações de trabalho e seus reflexos nas terceirizações realizadas pela administração pública**. Pinhais, PR: JML, 2020. Disponível em: https://www.jmleventos.com.br/arquivos/blog/ANEXO_1_288_GRUPO_JML_Impactos_da_Medida_Provisoria_927_2020_nas_relacoes_de_trabalho_e_seus_reflexos_nas_Terceirizacoes_realizadas_pela_Administracao_Publica.pdf. Acesso em: 18 maio 2020. Acesse.

4 ORIENTAÇÕES PRÁTICAS

CORONAVÍRUS: covid-19: a alteração da ordem cronológica de pagamentos pelas Estatais. **Zênite Fácil**, categoria Orientação Prática, 14 maio 2020. Disponível em: http://www.zenitefacil.com.br. Acesso em: 20 maio 2020. Acesse.

CORONAVÍRUS: covid-19: a espécie de alteração contratual para redução de jornada na terceirização. **Zênite Fácil**, categoria Orientação Prática, 14 maio 2020. Disponível em: http://www.zenitefacil.com.br. Acesso em: 20 maio 2020. Acesse.

CORONAVÍRUS: covid-19: a Lei nº 13.979/2020 e a suspensão dos processos administrativos e da prescrição da pretensão punitiva da Administração. **Zênite Fácil**, categoria Orientação Prática, maio 2020. Disponível em: http://www.zenitefacil.com.br. Acesso em: 6 maio 2020. Acesse.

CORONAVÍRUS: covid-19: como proceder nos contratos de terceirização em caso de suspensão dos serviços. **Zênite Fácil**, categoria Orientação Prática, abr. 2020. Disponível em: http://www.zenitefacil.com.br. Acesso em: 27 abr. 2020. Acesse.

CORONAVÍRUS: covid-19: procedimentos necessários para a formalização da dispensa emergencial da Lei nº 13.979/2020. **Zênite Fácil**, categoria Orientação Prática, abr. 2020. Disponível em: http://www.zenitefacil.com.br. Acesso em: 27 abr. 2020. Acesse.

IMPACTOS do coronavírus/covid-19 nos contratos de terceirização. **Zênite Fácil**, categoria Orientação Prática, abr. 2020. Disponível em: http://www.zenitefacil.com.br. Acesso em: 27 abr. 2020. Acesse.

RIBEIRO, Carlos Eduardo; FEIJÓ, Paulo Henrique; DANTAS, Gilvan da Silva; RODRIGUES, Leandro Menezes; CARVALHO, Jorge de. **O que você queria saber sobre créditos adicionais e não te contaram**: perguntas e respostas. Brasília: Gestão Pública, [2020]. Acesse.

5 MANUAIS, CARTILHAS E PORTAIS DE REFERÊNCIA

AÇÃO INTEGRADA DA REDE DE CONTROLE E COMBATE À CORRUPÇÃO (ARCCO/MG). **Guia de orientações técnicas para contratações emergenciais**: vigência da Lei Federal n. 13.979/2020. Belo Horizonte, 2020. Acesse

ASSOCIAÇÃO DOS MEMBROS DOS TRIBUNAIS DE CONTAS DO BRASIL (ATRICON). **Jurisprudência da crise**. 2020. Disponível em: http://www.atricon.org.br/jurisprudencia-da-crise/. Acesso em: 12 maio 2020.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS (AMPCON). **Notícias 2020**. Disponível em: https://www.ampcon.org.br/noticias-2020. Acesso em: 12 maio 2020.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS AUDITORES DE CONTROLE EXTERNO DOS TRIBUNAIS DE CONTAS DO BRASIL (ANTC). **Notícias**. Disponível em: https://www.antcbrasil.org.br/. Acesso em: 12 maio 2020.

BRASIL. Advocacia-Geral da União (AGU). **Modelos [de contratação] covid-19**: coronavírus: lei 13.979/20. Brasília, 2020. Disponível em: http://www.agu.gov.br/page/content/detail/id_conteudo/908837. Acesso em: 5 maio 2020.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. BRASIL. Ministério da Educação. **Orientações para a execução do PNAE durante a situação de emergência decorrente da pandemia do coronavírus (covid-19)**. Brasília, 2020. Acesse.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Coronavírus**: covid-19: o que você precisa saber. Disponível em: https://coronavirus.saude.gov.br/. Acesso em: 5 maio 2020.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. **Orientações e modelos em logística pública no combate ao covid-19**. 2020. Disponível em: https://www.comprasgovernamentais.gov.br/index.php/gestorpublico/1271-orientacoes-e-modelos-em-logistica-publica-no-combate-ao-covid-19. Acesso em: 5 maio 2020.

BRASIL. Ministério Público Federal (MPF). **Notícias sobre covid-19**. Disponível em: http://www.mpf.mp.br/sala-de-imprensa/noticias/noticias-covid19. Acesso em: 12 maio 2020.

BRASIL. Senado Federal. Senado notícias. **Programa federativo de enfrentamento ao coronavírus**. 2020. Disponível em: https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2020/05/04/veja-quanto-cada-estado-e-municipio-recebera-no-programa-federativo-de-enfrentamento-ao-coronavirus?utm_medium=WebPush&utm_source=senado-noticias. Acesso em: 12 maio 2020.

BRASIL. Tribunal de Contas da União (TCU). **Plano de Acompanhamento das Ações de Combate à Covid-19 estimula o controle preventivo**. 2020. Disponível em: https://portal.tcu.gov.br/imprensa/noticias/plano-de-acompanhamento-das-acoes-de-combate-a-covid-19-estimula-o-controle-preventivo.htm. Acesso em: 12 maio 2020.

BRASIL. Tribunal de Contas da União (TCU). **Publicações institucionais**. Disponível em: https://portal.tcu.gov.br/publicacoes-institucionais_old/. Acesso em: 12 maio 2020.

EUROPEAN ORGANISATION OF SUPREME AUDIT INSTITUTIONS (EUROSAI). **Eurosai portfolio holders' operational planning framework**. Disponível em: http://www.eurosaiop.org/alt-sayfa.php. Acesso em: 12 maio 2020.

INSTITUTO RUI BARBOSA (IRB). **Hot sites dos tribunais de contas**: combate à covid-19. 2020. Disponível em: https://irbcontas.org.br/hot-sites-coronavirus/. Acesso em: 8 maio 2020.

MINAS GERAIS. Controladoria-Geral do Estado. **Contratações emergenciais destinadas ao enfrentamento da covid-19 no estado**. Belo Horizonte, 2020. Disponível em: http://cge.mg.gov.br/noticias-artigos/724-o-portal-da-transparencia-de-mg-disponibiliza-para-a-consulta-e-controle-social-dos-cidadaos-e-cidadas-todas-as-contratacoes-emergenciais-destinadas-ao-enfrentamento-do-covid-19-no-estado. Acesso em: 5 maio 2020.

MINAS GERAIS. Ministério Público de Contas do Estado. **Arcco realiza pente fino em recursos para combate à pandemia**. Disponível em: http://www.mpc.mg.gov.br/. Acesso em: 12 maio 2020.

MINAS GERAIS. Ministério Público do Estado. **Covid-19**. Disponível em: https://www.mpmg.mp.br/areas-de-atuacao/defesa-do-cidadao/consumidor/coordenacao/covid-19/covid-19.htm. Acesso em: 12 maio 2020.

MINAS GERAIS. Tribunal de Contas. **Orientações para o combate à covid-19**. Belo Horizonte, 2020. Disponível em: https://www.tce.mg.gov.br/covid/. Acesso em: 8 maio 2020.

ORGANIZAÇÃO LATINO-AMERICANA E DO CARIBE DAS ENTIDADES DE FISCALIZAÇÃO SUPERIORES (OLACEFS). **Acciones regionales covid-19**. 2020. Disponível em: https://www.olacefs.com/covid19/?lang=en. Acesso em: 12 maio 2020.

PERNAMBUCO. Tribunal de Contas. Coordenadoria de controle externo. **Boas práticas na distribuição de merenda escolar no período de distanciamento social decorrente das ações de contenção da covid-19**: cartilha educativa para gestores públicos. Recife, 2020. Disponível em: https://www.tce.pe.gov.br/internet/docs/tce/CARTILHA_merenda.pdf. Acesso em: 4 maio 2020. Acesse.

RIO DE JANEIRO. Tribunal de Contas do Município. Secretaria-Geral de Controle Externo. **Cartilha covid-19**. Rio de Janeiro, 2020. Disponível em:

https://www.tcm.rj.gov.br/Noticias/14089/CartilhaCOVID19.pdf. Acesso em: 4 maio de 2020.

RIO GRANDE DO SUL. Tribunal de Contas. Direção de Controle e Fiscalização. **Boletim Informativo covid-19**: novo coronavírus. Porto Alegre, [2020]. Disponível em: http://portal.tce.rs.gov.br/portal/page/portal/noticias_internet/textos_diversos_pente_fino/cartilha-famurstce-coronavirus.pdf. Acesso em: 5 maio 2020.

SANTA CATARINA. Tribunal de Contas. **Coronavírus**: o que pode ser feito pelo gestor público. Florianópolis, [2020]. Disponível em: http://www.tce.sc.gov.br/sites/default/files/Coronav%C3%ADrus%20-%20Perguntas%20e%20Respostas.pdf#overlay-context=. Acesso em: 5 maio 2020. Acesse.

SÃO PAULO. Tribunal de Contas. **TCE divulga orientações sobre uso de recursos destinados à covid-19**. Disponível em: https://www.tce.sp.gov.br/6524-tce-divulga-orientacoes-sobre-uso-recursos-destinados-covid-19. Acesso em: 12 maio 2020.

TRANSPARÊNCIA INTERNACIONAL BRASIL; BRASIL. Tribunal de Contas da União. **Recomendações para transparência de contratações emergenciais em resposta à covid-19**. São Paulo, [2020]. Disponível em: https://comunidade.transparenciainternacional.org.br/asset/86:tibr-recomendacoes-de-contratacoes-emergenciais-covid19?stream=1. Acesso em: 7 maio. Acesse.

TRANSPARENCY INTERNATIONAL. **Contrataciones públicas en estados de emergência**: elementos mínimos que los gobiernos deben considerar para asegurar la integridad de las adjudicaciones que realicen durante contingencias. S.l., [2020]. Disponível em: https://www.transparency.org/files/application/flash/COVID_19_Public_procurement_Latin_America_ES_PT.pdf. Acesso em: 7 maio 2020. Acesse.

6 PARECERES JURÍDICOS

BRASIL. Advocacia-Geral da União. Consultoria-Geral da União. Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos Administrativos - CNMLC/DECOR/CGU. **Parecer n. 2/2020/CNMLC/CGU/AGU**. Padronização das minutas relacionadas ao enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus, causador do Covid-19. Brasília, 26 mar. 2020. Disponível em: http://www.agu.gov.br/page/content/detail/id_conteudo/908837. Acesso em: 6 maio 2020.

BRASIL. Advocacia-Geral da União. Consultoria-Geral da União. Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos Administrativos - CNMLC/DECOR/CGU. **Parecer n. 6/2020/CNMLC/CGU/AGU**. Premissas adicionais para utilização de minutas de contratação fundadas na Lei nº 13.979/20 e encaminhamento de minutas de serviços de engenharia para análise superior. Brasília, 23 abr. 2020. Disponível em: http://www.agu.gov.br/page/content/detail/id_conteudo/908837. Acesso em: 6 maio 2020.

BRASIL. Advocacia-Geral da União. Consultoria-Geral da União. Consultoria Jurídica Junto à Controladoria-Geral da União. Coordenação-Geral de Matéria de Transparência e Administrativa. **Parecer n. 63/2020/Conjur-CGU/CGU/AGU**. Direito administrativo. Consulta jurídica. Covid-19. Apoio administrativo. Orientação no acompanhamento do contrato. 1. Consulta jurídica sobre medidas a serem tomadas no contrato de terceirizados ante a caracterização do novo coronavírus (COVID-19) como uma pandemia pela Organização Mundial de Saúde (OMS), o contido na Lei nº 13.979/2020, [...]. Brasília, 18 mar. 2020. Disponível em: https://www.comprasgovernamentais.gov.br/images/conteudo/covid19/Parecer-63---COVID-19.pdf. Acesso em: 5 maio 2020.

BRASIL. Advocacia-Geral da União. Consultoria-Geral da União. Consultoria Jurídica Junto ao Ministério da Educação. Coordenação-Geral de Licitações e Contratos. **Parecer n. 310/2020/Conjur/MEC/CGU/AGU**. Consulta sobre o procedimento a ser adotado pelo Ministério da Educação no que se refere aos prestadores de serviços terceirizados em razão da pandemia causada pelo covid-19. Brasília, 20 mar. 2020. Disponível em: https://www.comprasgovernamentais.gov.br/images/conteudo/covid19/Parecer-Consulta-SAA-Liberao-dos-Terceirizados.pdf. Acesso em: 5 maio 2020.

BRASIL. Advocacia-Geral da União. Consultoria-Geral da União. Consultoria Jurídica Junto ao Ministério da Saúde. Coordenação-Geral de Análise Jurídica de Licitações, Contratos e Instrumentos Congêneres. **Parecer n. 00254/2020/Conjur-MS/CGU/AGU**. Direito administrativo. Licitações e contratos. Contratação por dispensa. Aquisição de ventiladores pulmonares. Minuta padronizada. Existência de parecer referencial. Solicitação de análise específica sobre cláusulas de garantia e pagamento. Brasília, 1

abr. 2020. Disponível em: https://sapiens.agu.gov.br/documento/402436024. Acesso em: 18 maio 2020.

Observação: usuários externos devem realizar seu cadastro antes de acessar o Sapiens (Sistema da AGU).

BRASIL. Advocacia-Geral da União. Consultoria-Geral da União. Consultoria Jurídica Junto ao Ministério da Saúde. Coordenação-Geral de Análise Jurídica de Licitações, Contratos e Instrumentos Congêneres. **Parecer referencial n. 11/2020/Conjur-MS/CGU/AGU**. Direito administrativo. Licitações e contratos. Dispensa. Coronavírus. Art. 4º, da Lei n. 13.979 de fevereiro de 2020. Aquisição de bens e insumos de saúde destinados ao enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus. Análise das minutas. Ressalvas e Recomendações. Urgente. Brasília, 28 fev. 2020. Disponível em: https://www.saude.gov.br/images/pdf/2020/marco/03/PARECER-REFERENCIAL-n.%2000011-2020-CONJUR-MS-CGU-AGU.pdf. Acesso em: 28 abr. 2020.

BRASIL. Advocacia-Geral da União. Consultoria-Geral da União. Consultoria Jurídica Junto ao Ministério da Saúde. Coordenação-Geral de Análise Jurídica de Licitações, Contratos e Instrumentos Congêneres. **Parecer referencial n. 18/2020/Conjur-MS/CGU/AGU**. Direito administrativo. Licitações e contratos. Suspensão consensual de contrato administrativo em função das restrições à execução contratual decorrentes das medidas de enfrentamento à covid-19. Brasília, 29 mar. 2020. Disponível em: https://www.saude.gov.br/images/pdf/2020/marco/30/PARECER-REFERENCIAL-n.%2000018-2020-CONJUR-MS-CGU-AGU.pdf. Acesso em: 6 maio 2020.

BRASIL. Advocacia-Geral da União. Consultoria-Geral da União. Departamento de Coordenação e Orientação de Órgãos Jurídicos. **Parecer n. 26/2020/Decor/CGU/AGU**. Contrato de prestação de serviços contínuos com dedicação exclusiva de mão de obra. Efeitos da pandemia do novo coronavírus (covid-19). Estado de calamidade pública. Direito à vida. Direito à saúde. Proteção aos empregos. Princípio da preservação das empresas. Possibilidade de pagamento às empresas contratadas nos casos de redução da demanda. Brasília, 1 abr. 2020. Disponível em: https://sapiens.agu.gov.br/documento/402785063. Acesso em: 18 maio 2020.

Observação: usuários externos devem realizar seu cadastro antes de acessar o Sapiens (Sistema da AGU).

BRASIL. Advocacia-Geral da União. Secretaria-Geral de Consultoria. Departamento de Assuntos Jurídicos Internos. Coordenação de Licitações, Contratos, Convênios e Instrumentos Congêneres. **Parecer n. 106/2020/DAJI/CGCS/AGU**. Gestão de contrato. Terceirização no âmbito da pandemia do Coronavírus. Brasília, 18 mar. 2020. Disponível em: https://www.comprasgovernamentais.gov.br/images/conteudo/covid19/Parecer-DAJI-terceirizados.pdf.pdf.pdf. Acesso em: 28 abr. 2020.

CONSELHO NACIONAL DE PRESIDENTES DOS TRIBUNAIS DE CONTAS (CNPTC). **Pareceres técnicos das comissões especiais designadas pelo CNPTC**: contribuição ao

sistema tribunais de contas em tempos de Coronavírus. maio 2020. Disponível em: https://irbcontas.org.br/wp-admin/admin-ajax.php?juwpfisadmin=false&action=wpfd&task=file.download&wpfd_category_id=119&wpfd_file_id=8535&token=2f61605dfa9cb9aef2647cfbeec776c3&preview=1. Acesso em: 4 maio 2020. Acesse

FROTA, Pablo Malheiros da Cunha; BENTO, Wesley. Efeitos econômicos da pandemia de covid-19 nos contratos empresariais brasileiros e a possibilidade de uma das partes contratantes majorar economicamente a prestação contratual em relação a outra parte contratante. **R. Fórum de Dir. Civ.**, Belo Horizonte, v. 9, n. 23, p. 167-203, jan./abr. 2020. Acesse.

HARADA, Kiyoshi. MP n. 936/2020 para manutenção do emprego e da renda. **Boletim Governet de Recursos Humanos**, Curitiba, 2020. *Preprint*. Acesse.

7 PARECERES EM CONSULTA

BAHIA. Tribunal de Contas dos Municípios do Estado. Assessoria Jurídica. **Processo n. 05167e20:** parecer n. 00565-20. Consulta. Aplicação da Lei n. 13.979/2020. Aquisição de gêneros alimentícios para distribuição à população. Impossibilidade. Adoção dos procedimentos de dispensa previstos na lei de licitações. Salvador, 27 mar. 2020. Disponível em: https://www.tcm.ba.gov.br/wp-content/uploads/2020/04/consultacovidsaosebastiaodopasse3.pdf. Acesso em: 4 maio 2020.

BAHIA. Tribunal de Contas dos Municípios do Estado. Assessoria Jurídica. **Processo n. 05201e20:** parecer n. 00577-20 (F.L.Q.). Consulta. Covid-19. Ações públicas na área da assistência social para o combate dos seus efeitos. Auxílio financeiro. Obediência aos arts. 16, 17, 24 e 42, da LRF. Exceção. Entes federados que decretaram estado de calamidade pública. Entendimento exarado pelo e. STF. Salvador, 1 abr. 2020. Disponível em: https://www.tcm.ba.gov.br/wp-content/uploads/2020/04/consultacovidmadrededeus2.pdf. Acesso em: 4 maio 2020.

BAHIA. Tribunal de Contas dos Municípios do Estado. Assessoria Jurídica. **Processo n.** 05233e20**:** parecer n. 00580-20. Consulta. Pandemia. Covid-19. Ações de combate ao novo coronavirus. Utilização de recursos dos precatórios do Fundef/Fundeb e da cessão onerosa. Vinculação das receitas. Observância obrigatória. Salvador, 2 abr. 2020. Disponível em: https://www.tcm.ba.gov.br/wp-content/uploads/2020/04/consultacovidlapao4.pdf. Acesso em: 4 maio 2020.

BAHIA. Tribunal de Contas dos Municípios do Estado. Assessoria Jurídica. **Processo n. 05261e20:** parecer n. 00610-20. Consulta. Aplicação do art. 42 da LRF. Obrigatoriedade. Despesas com publicidade. Vedação contida nos limites fixados pela lei federal nº 9.504/97. Aplicação da norma eleitoral mesmo na situação atual de pandemia. [...]. Salvador, 2 abr. 2020. Disponível em: https://www.tcm.ba.gov.br/wp-content/uploads/2020/04/consultacoviddommacedocosta1.pdf. Acesso em: 4 maio de 2020.

ESPÍRITO SANTO. Tribunal de Contas. **Parecer em Consulta 00004/2020-4 - Plenário**. Consulta. Prefeitura Municipal de João Neiva. Conhecer. Respondê-la considerando sua aplicação exclusivamente no contexto da situação excepcional de pandemia do covid 19 e as premissas estabelecidas. Arquivar. Disponível em: https://www.tce.es.gov.br/wp-content/uploads/formidable/108/PC-004-2020.pdf. Acesso em: 12 maio 2020.

RIO GRANDE DO NORTE. Tribunal de Contas. **Processo nº: 100163/2020-TC**. Consulta. Constitucional. Administrativo. Financeiro. Execução de despesa pública. Lei nacional n.º 13.979/2020. Ação direta de inconstitucionalidade n.º 6357-DF. Transcendência dos motivos determinantes. Conformação da lei nº 4.320/1964 à Constituição da República. Dignidade da pessoa humana, vida e saúde. Excepcionalidade do combate ao covid-19. Admissibilidade e resposta à consulta. Disponível em:

http://www.tce.rn.gov.br/as/NoticiasTCE/3895/Voto_Consulta.pdf. Acesso em: 11 maio 2020.

8 LEGISLAÇÃO FEDERAL - DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO (SEÇÃO 1)

Emenda Constitucional n. 106/2020

Diário Oficial da União de 8/5/2020, p. 1

Institui regime extraordinário fiscal, financeiro e de contratações para enfrentamento de calamidade pública nacional decorrente de pandemia. (acesse)

Lei complementar n. 172, de 15 de abril de 2020

Diário Oficial da União de 16/4/2020, p. 1

Dispõe sobre a transposição e a transferência de saldos financeiros constantes dos Fundos de Saúde dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, provenientes de repasses federais. (acesse)

Lei Complementar n. 173, de 27 de maio de 2020

Diário Oficial da União de 28/5/2020, p. 4

Estabelece o Programa Federativo de Enfrentamento ao Coronavírus SARS-CoV-2 (Covid-19), altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, e dá outras providências. (acesse)

Lei n. 13.979, de 6 de fevereiro de 2020

Diário Oficial da União de 7/2/2020, p. 1

Dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019. (acesse)

Lei n. 13.999, de 18 de maio de 2020

Diário Oficial da União de 19/5/2020, p. 1

Institui o Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe), para o desenvolvimento e o fortalecimento dos pequenos negócios; e altera as Leis nos 13.636, de 20 de março de 2018, 10.735, de 11 de setembro de 2003, e 9.790, de 23 de março de 1999. (acesse)

Medida Provisória n. 926, de 20 de março de 2020

Diário Oficial da União de 20/3/2020, p. 1

Altera a Lei n. 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, para dispor sobre procedimentos para aquisição de bens, serviços e insumos destinados ao enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus. (acesse)

Medida Provisória n. 927, de 22 de março de 2020

Diário Oficial da União de 22/3/2020, p. 1 - Edição extra L

Dispõe sobre as medidas trabalhistas para enfrentamento do estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo n. 6, de 20 de março de 2020, e da

emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (covid-19), e dá outras providências. (acesse)

Medida Provisória n. 928, de 23 de março de 2020

Diário Oficial da União de 23/3/2020, p. 1 - Edição extra C

Altera a Lei n. 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019, e revoga o art. 18 da Medida Provisória n. 927, de 22 de março de 2020. (acesse)

Medida Provisória n. 936, de 1º de abril de 2020

Diário Oficial da União de 1/4/2020, p. 1

Institui o Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda e dispõe sobre medidas trabalhistas complementares para enfrentamento do estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo n. 6, de 20 de março de 2020, e da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (covid-19), de que trata a Lei n. 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, e dá outras providências. (acesse)

Medida Provisória n. 951, de 15 de abril de 2020

Diário Oficial da União de 15/4/2020, p. 1 - Edição extra A

Diário Oficial da União de 15/4/2020, p. 1 - Edição extra B - Republicação

Estabelece normas sobre compras públicas, sanções em matéria de licitação e certificação digital e dá outras providências. (acesse)

Medida Provisória n. 955, de 20 de abril de 2020

Diário Oficial da União de 20/4/2020, p. 1 - Edição extra A

Revoga a Medida Provisória n. 905, de 11 de novembro de 2019, que institui o Contrato de Trabalho Verde e Amarelo e altera a legislação trabalhista. (acesse)

Medida Provisória n. 958, de 24 de abril de 2020

Diário Oficial da União de 27/4/2020, p. 2

Estabelece normas para a facilitação do acesso ao crédito e mitigação dos impactos econômicos decorrentes da pandemia de coronavírus (covid-19). (acesse)

Medida Provisória n. 961, de 6 de maio de 2020

Diário Oficial da União de 7/5/2020, p. 6

Autoriza pagamentos antecipados nas licitações e nos contratos, adequa os limites de dispensa de licitação e amplia o uso do Regime Diferenciado de Contratações Públicas - RDC durante o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo n. 6, de 20 de março de 2020. (acesse)

Medida Provisória n. 966, de 13 de maio de 2020

Diário Oficial da União de 14/5/2020, p. 6

Diário Oficial da União de 15/5/2020, p. 3 - Retificação

Dispõe sobre a responsabilização de agentes públicos por ação e omissão em atos relacionados com a pandemia da covid-19. (acesse)

Decreto Legislativo n. 6/2020

Diário Oficial da União de 20/3/2020, p. 1 - Edição extra C

Reconhece, para os fins do art. 65 da Lei Complementar n. 101, de 4 de maio de 2000, a ocorrência do estado de calamidade pública, nos termos da solicitação do Presidente da República encaminhada por meio da Mensagem n. 93, de 18 de março de 2020. (acesse)

Decreto n. 10.282, de 20 de março de 2020

Diário Oficial da União de 20/3/2020, p. 1 - Edição extra G

Regulamenta a Lei n. 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, para definir os serviços públicos e as atividades essenciais. (acesse)

Decreto n. 10.292, de 25 de março de 2020

Diário Oficial da União de 26/3/2020, p. 1

Altera o Decreto n. 10.282, de 20 de março de 2020, que regulamenta a Lei n. 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, para definir os serviços públicos e as atividades essenciais. (acesse)

Decreto n. 10.329, de 28 de abril de 2020

Diário Oficial da União de 29/4/2020, p. 5

Diário Oficial da União de 4/5/2020, p. 2 - Retificação

Altera o Decreto n. 10.282, de 20 de março de 2020, que regulamenta a Lei n. 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, para definir os serviços públicos e as atividades essenciais. (acesse)

Decreto n. 10.342, de 7 de maio de 2020

Diário Oficial da União de 7/5/2020, p. 1 - Edição extra A

Altera o Decreto n. 10.282, de 20 de março de 2020, que regulamenta a Lei n. 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, para definir os serviços públicos e as atividades essenciais. (acesse)

Decreto n. 10.344 de 11 de maio de 2020

Diário Oficial da União de 11/5/2020, p. 1 - Edição extra A

Altera o Decreto n. 10.282, de 20 de março de 2020, que regulamenta a Lei n. 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, para definir os serviços públicos e as atividades essenciais. (acesse)

Decreto n. 10.350, de 18 de maio de 2020

Diário Oficial da União de 18/5/2020, p. 1 - Edição extra A

Dispõe sobre a criação da Conta destinada ao setor elétrico para enfrentamento do

estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo n.6, de 20 de março de 2020 e regulamenta a Medida Provisória n. 950, de 8 de abril de 2020, e dá outras providências. (acesse)

Decreto n. 10.360, de 21 de maio de 2020

Diário Oficial da União de 22/5/2020, p. 4

Dispõe sobre a forma de identificação das autorizações de despesas relacionadas ao enfrentamento de calamidade pública nacional decorrente de pandemia e de seus efeitos sociais e econômicos. (acesse)

MINISTÉRIO DA SAÚDE

Portaria n. 188, de 3 de fevereiro de 2020

Diário Oficial da União de 4/2/2020, p. 1 - Edição extra A

Declara Emergência em Saúde Pública de importância Nacional (ESPIN) em decorrência da Infecção Humana pelo novo Coronavírus (2019-nCoV). (acesse)

Portaria n. 454, de 20 de março de 2020

Diário Oficial da União de 20/3/2020, p. 1 - Edição extra F

Declara, em todo o território nacional, o estado de transmissão comunitária do coronavírus (covid-19). (acesse)

9 LEGISLAÇÃO ESTADUAL

Lei n. 23.631, de 2 de abril de 2020

Minas Gerais de 2/4/2020, p. 2 - Edição extra

Dispõe sobre a adoção de medidas para o enfrentamento do estado de calamidade pública decorrente da pandemia de Covid-19, causada por coronavírus. (acesse)

Lei n. 23.636, de 17 de abril de 2020

Minas Gerais de 18/4/2020, p. 1

Dispõe sobre a obrigatoriedade de uso de máscara de proteção e outros recursos necessários à prevenção da disseminação do coronavírus causador da Covid-19 nos órgãos, entidades, estabelecimentos e serviços que menciona. (acesse)

Lei n. 23.640, de 14 de maio de 2020

Minas Gerais de 15/5/2020, p. 1

Dispõe sobre a transparência nos contratos, convênios e parcerias celebrados em caráter emergencial pela administração pública estadual em razão do estado de calamidade pública decorrente da pandemia de Covid-19. (acesse)

Lei n. 23.641, de 14 de maio de 2020

Minas Gerais de 15/5/2020, p. 1

Dispõe sobre o encaminhamento, à Assembleia Legislativa e ao Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, de informações sobre a aquisição de bens e a contratação de serviços realizadas pelo Poder Executivo em função do enfrentamento do estado de calamidade pública decorrente da pandemia de Covid-19, causada pelo coronavírus. (acesse)

Decreto NE n. 113, de 12 de março de 2020

Minas Gerais de 13/3/2020, p. 1

Declara SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA em Saúde Pública no Estado em razão de surto de doença respiratória – 1.5.1.1.0 – Coronavírus e dispõe sobre as medidas para seu enfrentamento, previstas na Lei Federal n. 13.979, de 6 de fevereiro de 2020. (acesse)

Decreto n. 47.885, de 13 de março de 2020

Minas Gerais de 14/3/2020, p. 5

Dispõe sobre o Projeto Experimental de Teletrabalho, no âmbito da Administração Pública direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo. (acesse)

Decreto n. 47.886, de 15 de março de 2020

Minas Gerais de 15/3/2020, p. 1 - Edição extra

Dispõe sobre medidas de prevenção ao contágio e de enfrentamento e contingenciamento, no âmbito do Poder Executivo, da epidemia de doença infecciosa

viral respiratória causada pelo agente Coronavírus (COVID-19), institui o Comitê Gestor do Plano de Prevenção e Contingenciamento em Saúde do COVID-19 – Comitê Extraordinário COVID-19 e dá outras providências. (acesse)

Decreto n. 47.889, de 16 de março de 2020

Minas Gerais de 17/3/2020, p. 3

Altera o Decreto n. 47.886, de 15 de março de 2020, que dispõe sobre medidas de prevenção ao contágio e de enfrentamento e contingenciamento, no âmbito do Poder Executivo, da epidemia de doença infecciosa viral respiratória causada pelo agente Coronavírus (COVID-19), institui o Comitê Gestor do Plano de Prevenção e Contingenciamento em Saúde do COVID-19 – Comitê Extraordinário COVID-19 e dá outras providências. (acesse)

Decreto n. 47.890, de 19 de março de 2020

Minas Gerais de 20/3/2020, p. 1

Dispõe sobre a prorrogação da vigência de convênios, parcerias e instrumentos congêneres e sobre a suspensão de prazos de processos administrativos no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Poder Executivo, em razão da SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA em Saúde Pública no Estado. (acesse)

Decreto n. 47.891, de 20 de março de 2020

Minas Gerais de 20/3/2020, p. 1 - Anexo I

Reconhece o estado de calamidade pública decorrente da pandemia causada pelo agente Coronavírus (COVID-19). (acesse)

Decreto n. 47.896, de 25 de março de 2020

Minas Gerais de 26/3/2020, p. 1

Institui o Comitê Gestor das Ações de Recuperação Fiscal, Econômica e Financeira do Estado de Minas Gerais – Comitê Extraordinário FIN COVID-19, visando acompanhar e propor medidas de natureza fiscal, econômica e financeira em razão dos efeitos da pandemia da doença infecciosa viral respiratória causada pelo agente Coronavírus – COVID-19. (acesse)

Decreto n. 47.904, de 31 de março de 2020

Minas Gerais de 1/4/2020, p. 3

Dispõe sobre o Plano de Contingenciamento de Gastos do Poder Executivo, atualiza o Anexo do Decreto n. 47.865, de 14 de fevereiro de 2020 e dá outras providências. (acesse)

Decreto n. 47.911, de 8 de abril de 2020

Minas Gerais de 9/4/2020, p. 1

Altera o Decreto n. 47.896, de 25 de março de 2020, que institui o Comitê Gestor das Ações de Recuperação Fiscal, Econômica e Financeira do Estado de Minas Gerais – Comitê Extraordinário FIN COVID-19, visando acompanhar e propor medidas de natureza fiscal, econômica e financeira em razão dos efeitos da pandemia da doença

infecciosa viral respiratória causada pelo agente Coronavírus – COVID-19. (acesse)

Decreto n. 47.939, de 30 de abril de 2020

Minas Gerais de 1/5/2020, p. 2

Dispõe sobre o MG Investe Garantidor, que estabelece regras especiais como medida econômica de enfretamento à pandemia de COVID-19, causada pelo Coronavírus, e o Fundo de Investimentos do Estado de Minas Gerais – MG Investe. (acesse)

Deliberação do Comitê Extraordinário Covid-19 n. 12, de 20 de março de 2020

Minas Gerais de 21/3/2020, p. 1

Institui o regime especial de teletrabalho para todos os servidores do Estado, nos termos que especifica. (acesse)

Deliberação do Comitê Extraordinário Covid-19 n. 17, de 22 de março de 2020 (alteração parcial)

Minas Gerais de 22/3/2020, p. 1 - Edição extra

Minas Gerais de 24/3/2020, p. 7 - Republicação

Dispõe sobre medidas emergenciais de restrição e acessibilidade a determinados serviços e bens públicos e privados cotidianos, enquanto durar o estado de CALAMIDADE PÚBLICA em decorrência da pandemia Coronavírus – covid-19, em todo o território do Estado. (acesse)

Deliberação do Comitê Extraordinário Covid-19 n. 48, de 8 de maio de 2020

Minas Gerais de 16/5/2020, p. 3

Afeta os recursos que especifica para utilização exclusiva na concretização de medidas de saúde pública no enfrentamento dos efeitos da pandemia de Covid-19. (acesse)

Deliberação do Comitê Extraordinário Covid-19 n. 49, de 20 de maio de 2020

Minas Gerais de 21/5/2020, p. 4

Altera a Deliberação do Comitê Extraordinário Covid-19 n. 48, de 15 de maio de 2020, que afeta os recursos que especifica para utilização exclusiva na concretização de medidas de saúde pública no enfrentamento dos efeitos da pandemia de Covid-19. (acesse)

Deliberação do Comitê Extraordinário Covid-19 n. 50, de 20 de maio de 2020

Minas Gerais de 21/5/2020, p. 5

Altera o Anexo da Deliberação do Comitê Extraordinário COVID-19 n. 45, de 13 maio de 2020, que aprova a reclassificação das fases de abertura das macrorregiões de saúde previstas no Plano Minas Consciente. (acesse)

10 ATOS NORMATIVOS DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS - DIÁRIO OFICIAL DE CONTAS

Resolução n. 1/2020

Diário Oficial de Contas de 21/5/2020, p. 1

Dispõe sobre a realização, em caráter excepcional, por sistema de videoconferência, das sessões de julgamento do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais. (acesse)

Portaria n. 20/Pres./2020

Diário Oficial de Contas de 21/3/2020, p. 1

Dispõe sobre a ampliação das medidas temporárias de prevenção ao contágio da Covid-19, no âmbito do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, e dá outras providências. (acesse)

Portaria n. 21/Pres./2020

Diário Oficial de Contas de 29/3/2020, p. 1

Altera a Portaria n. 20/Pres./2020, que dispõe sobre a ampliação das medidas temporárias de prevenção ao contágio da Covid-19, no âmbito do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, e dá outras providências. (acesse)

Portaria n. 22/Pres./2020

Diário Oficial de Contas de 3/4/2020, p. 1 - Edição extraordinária A

Dispõe sobre o trabalho remoto durante o período de situação de emergência em saúde pública no âmbito do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais e dá outras providências. (acesse)

Portaria n. 23/Pres./2020

Diário Oficial de Contas de 9/4/2020, p. 1

Institui o Comitê de Coordenação das Ações de Acompanhamento das Medidas de Combate à Pandemia da COVID-19 adotadas pelo Estado de Minas Gerais e pelos municípios, e dá outras providências. (acesse)

Portaria n. 25/Pres./2020

Diário Oficial de Contas de 29/4/2020, p. 10

Altera a Portaria N. 20/Pres./2020, de 21 de março de 2020, que dispõe sobre a ampliação das medidas temporárias de prevenção ao contágio da Covid-19, no âmbito do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, e dá outras providências, e a Portaria N. 22/Pres./2020, de 28 de março de 2020, que dispõe sobre o trabalho remoto durante o período de situação de emergência em saúde pública no âmbito do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais e dá outras providências. (acesse)

Portaria n. 35/Pres./2020

Diário Oficial de Contas de 20/5/2020, p. 2

Altera a Portaria n. 20/Pres./2020, de 21 de março de 2020, que dispõe sobre a ampliação das medidas temporárias de prevenção ao contágio da Covid-19, no âmbito do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, e dá outras providências. (acesse)

11 ATOS NORMATIVOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS - DIÁRIO OFICIAL DE CONTAS

Portaria n. 4, de 20 de março de 2020

Diário Oficial de Contas de 21/3/2020, p. 6

Dispõe sobre a suspensão de prazos dos procedimentos investigatórios e pedidos de cooperação do Ministério Público de Contas do Estado de Minas Gerais e dá outras providências. (acesse)

Portaria n. 8, de 29 de abril de 2020

Diário Oficial de Contas de 30/4/2020, p. 32

Altera a Portaria n. 04, de 20 de março de 2020, e a Portaria n. 05, de 30 de março de 2020, que dispõem, respectivamente, sobre a suspensão de prazos dos procedimentos investigatórios e pedidos de cooperação e sobre o trâmite de processos e documentos no âmbito do Ministério Público de Contas do Estado de Minas Gerais - MPC-MG e dá outras providências. (acesse)

Portaria PG n. 9, de 11 de maio de 2020

Diário Oficial de Contas de 12/5/2020, p. 12

Altera a Portaria PG n. 08, de 29 de abril 2020, que dispõe sobre a aplicação do disposto na Portaria n. 25/Pres./2020 do TCEMG no âmbito do Ministério Público de Contas do Estado de Minas Gerais - MPCMG e dá outras providências. (acesse)

Portaria PG n. 10, de 19 de maio de 2020

Diário Oficial de Contas de 20/5/2020, p. 5

Altera a Portaria n. 04, de 20 de março de 2020, e a Portaria n. 05, de 30 de março de 2020, que dispõem, respectivamente, sobre a suspensão de prazos dos procedimentos investigatórios e pedidos de cooperação e sobre o trâmite de processos e documentos no âmbito do Ministério Público de Contas do Estado de Minas Gerais - MPC-MG. (acesse)

12 ATOS NORMATIVOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE MINAS GERAIS (ALMG)

Proposição de lei n. 1.938/2020

Diário do Legislativo de 15/5/2020, p. 5

Define cronograma com novos prazos para a prática dos atos necessários à execução das programações orçamentárias incluídas por emendas parlamentares individuais, de blocos e de bancadas de execução obrigatória e cujos prazos foram suspensos em decorrência da pandemia de Covid-19, causada pelo coronavírus, e dá outras providências. (acesse)

Situação atual: aguardando sanção

Resolução n. 5.529, de 25 de março de 2020

Diário do Legislativo de 26/3/2020, p. 1

Reconhece o estado de calamidade pública em decorrência da pandemia de Covid-19, causada pelo Coronavírus. (acesse)

13 ATUAÇÃO DOS TRIBUNAIS BRASILEIROS

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Ação Direta de Inconstitucionalidade n. 6341**. Direito administrativo e outras matérias de direito público. Controle de constitucionalidade. Direito da saúde pública. Relator: Min. Marco Aurélio. Disponível em: http://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=5880765. Acesso em: 6 maio 2020.

Tema: Interpretação conforme à Constituição ao § 9º do art. 3º da Lei nº 13.979, a fim de explicitar que, preservada a atribuição de cada esfera de governo, nos termos do inciso I do art. 198 da Constituição, o Presidente da República poderá dispor, mediante decreto, sobre os serviços públicos e atividades essenciais.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Ação Direta de Inconstitucionalidade n. 6.351**. Direito administrativo e outras matérias de direito público. Controle de constitucionalidade. Questões de alta complexidade, grande impacto e repercussão. Covid-19. Relator: Min. Alexandre de Moraes. Disponível em: http://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=5881853. Acesso em: 6 maio 2020.

Tema: Suspensão dos prazos da Lei de Acesso à Informação (LAI).

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Ação Direta de Inconstitucionalidade n. 6.352/DF**. Direito administrativo e outras matérias de direito público. Controle de constitucionalidade. Questões de alta complexidade, grande impacto e repercussão. Covid-19. Relator: Min. Marco Aurélio de Mello. Disponível em: http://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=5881916. Acesso em: 7 maio 2020.

Tema: Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) contra a Medida Provisória (MP) 927/2020, que flexibiliza a legislação trabalhista durante o estado de calamidade pública decorrente da pandemia do coronavírus.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Ação Direta de Inconstitucionalidade n. 6.354/DF**. Direito administrativo e outras matérias de direito público. Controle de constitucionalidade. Direito da saúde pública. Vigilância sanitária e epidemiológica. Questões de alta complexidade, grande impacto e repercussão. Covid-19. Relator: Min. Marco Aurélio de Mello. Disponível em: http://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=5882545. Acesso em: 7 maio 2020.

Tema: Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) contra a Medida Provisória (MP) 927/2020, que flexibiliza a legislação trabalhista durante o estado de calamidade pública decorrente da pandemia do coronavírus.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Ação Direta de Inconstitucionalidade n. 6.357/DF**. Direito administrativo e outras matérias de direito público. Responsabilidade fiscal. Questões de alta complexidade, grande impacto e repercussão. Covid-19. Relator: Min. Alexandre de Moraes. Disponível em: http://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=5883343. Acesso em: 6 maio 2020.

Tema: Imprevisibilidade da gestão fiscal durante a pandemia. Aplicação dos artigos 14, 16, 17 e 24 da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e 114, *caput*, *in fine* e § 14, da Lei de Diretrizes Orçamentárias/2020 durante a emergência em Saúde Pública de importância nacional e o estado de calamidade pública decorrente de covid-19.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Ação Direta de Inconstitucionalidade n. 6.363/DF**. Direito do trabalho. Acordo e convenção coletivos de trabalho. Questões de alta complexidade, grande impacto e repercussão. Covid-19. Relator: Min. Ricardo Lewandowski. Disponível em: http://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=5886604. Acesso em: 6 maio 2020.

Tema: Medida Provisória 936/2020, referente aos acordos individuais de redução de jornada de trabalho e de salário ou de suspensão temporária de contrato de trabalho.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental n. 663**. Direito administrativo e outras matérias de direito público. Controle de constitucionalidade. Processo legislativo. Questões de alta complexidade, grande impacto e repercussão. Covid-19. Relator: Min. Alexandre de Moraes. Disponível em: http://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=5881118. Acesso em: 7 maio 2020.

Tema: Prorrogação dos prazos de validade das Medidas Provisórias (Mps) em tramitação no Congresso Nacional, em razão do estado de calamidade pública em que o país se encontra decorrente da pandemia de Covid-19.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental n. 672**. Direito administrativo e outras matérias de direito público. Garantias constitucionais. Questões de alta complexidade, grande impacto e repercussão. Covid-19. Relator: Min. Alexandre de Moraes. Disponível em: http://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=5885755. Acesso em: 6 maio 2020.

Tema: Ações e omissões do Poder Público Federal no âmbito da condução de políticas públicas emergenciais nas áreas da saúde e da economia em face da crise ocasionada pela pandemia do novo coronavírus (covid-19).

BRASIL. Tribunal de Contas da União. **Destinação e utilização de recursos públicos em situações emergenciais**: levantamento jurisprudencial. Brasília, 2020. Disponível em:

https://portal.tcu.gov.br/data/files/EE/84/D3/30/261E1710C3267917F18818A8/Jurisprudencia%20TCU%20-%20Situacoes%20Emergenciais_v2%20_1_.pdf. Acesso em: 7 maio 2020.

Tema: compilado da jurisprudência do TCU aplicável a situações emergenciais.

MINAS GERAIS. Tribunal de Justiça. Primeira instância. Ação Civil Pública Cível (65). **Processo nº 5053975-39.2020.8.13.0024**. Direito do Consumidor. Contratos de consumo. Transporte terrestre. Transporte rodoviário direito administrativo e outras matérias de direito público. Ordem urbanística. Posturas municipais. Questões de alta complexidade, grande impacto e repercussão (12467). Covid-19. Disponível em: https://pje.tjmg.jus.br/pje/ConsultaPublica/listView.seam. Acesso em: 6 maio 2020.

Tema: Transporte rodoviário. Posturas municipais. Covid-19

14 NOTAS TÉCNICAS E NORMATIVO DE INSTITUIÇÕES DE CONTROLE

AÇÃO INTEGRADA DA REDE DE CONTROLE E COMBATE À CORRUPÇÃO (ARCCO/MG). **Nota técnica ARCCO/MG n. 1/2020**. Transparência ativa durante o período da pandemia de COVID-19. Disponível em: http://www.mpc.mg.gov.br/wp-content/uploads/2020/05/Nota-Te%CC%81cnica-ARCCO_-01_2020-1.pdf. Acesso em: 12 maio 2020.

ASSOCIAÇÃO DOS MEMBROS DOS TRIBUNAIS DE CONTAS DO BRASIL (ATRICON). **Resolução Conjunta Atricon/Abracom/Audicon/CNPTC/IRB n. 1, de 27 de março de 2020**. Dispõe sobre diretrizes e recomendações quanto às medidas que possam ser adotadas pelos Tribunais de Contas, de modo uniforme e colaborativo com os demais poderes, para minimizar os efeitos internos e externos decorrentes do coronavírus (COVID-19). Disponível em: http://www.atricon.org.br/wp-content/uploads/2020/03/RESOLUC%CC%A7A%CC%83O-CONJUNTA-01-2020-ATRICON-ABRACOM-AUDICON-CNPTC-e-IRB-2.pdf-2.pdf. Acesso em: 4 maio 2020.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS AUDITORES DE CONTROLE EXTERNO DOS TRIBUNAIS DE CONTAS DO BRASIL (ANTC). **Nota técnica ANTC n. 1/2020**. Orientações emitidas pelos Tribunais de Contas durante o período de Emergência em Saúde Pública de Importância Internacional (ESPIN). Função pedagógica exercida por meio da simplificação do rito processual de Consulta a partir da redução de prazos para instrução e julgamento, com vistas a alcançar a segurança jurídica, vinculando agentes controladores e controlados às respostas colegiadamente ofertadas pela instituição, fazendo prejulgamento das teses, mas não do caso concreto, nos termos do art. 30 da LINDB. Disponível em: https://www.antcbrasil.org.br/admin/uploads//nt_0012020_.pdf. Acesso em: 4 maio 2020.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS (CNM). **Nota técnica. 24/2020**. Aplicação dos recursos SUS para o enfrentamento da Covid-19 e transposição e transferência de recursos – LC 172/2020. Disponível em: https://www.cnm.org.br/cms/biblioteca/NT_n.24.2020-Aplicacao_dos_recursos_SUS_para_enfrentamento_da_Covid-19_rev.pdf. Acesso em: 4 maio 2020.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS (CNM). **Nota técnica. 26/2020**. Orientações sobre a Medida Provisória (MP) nº 951, que altera a Lei nº 13.979, de 2020, e estabelece normas sobre compras públicas e dá outras providências. Disponível em: https://www.cnm.org.br/cms/biblioteca/NT_26_2020_Normas_sobre_compras_publicas_pelo_SRP_MP%20951_20.pdf. Acesso em: 4 maio 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE AUDITORIA DE OBRAS PÚBLICAS (IBRAOP). **Nota técnica sobre aplicação da Lei n. 13.979/2020**. Disponível em: http://www.ibraop.org.br/wp-

content/uploads/2020/04/Nota-te%CC%81cnica-Ibraop_Lei-1397920.pdf. Acesso em: 4 maio 2020.

INSTITUTO RUI BARBOSA (IRB). Comitê Técnico da Educação. **Nota técnica CTE-IRB n. 1/2020**. Sugestões e recomendações aos Tribunais de Contas brasileiros para mitigar os impactos negativos gerados pela pandemia da Covid-19 na educação. Disponível em: https://irbcontas.org.br/wp-admin/admin-ajax.php?juwpfisadmin=false&action=wpfd&task=file.download&wpfd_category_id=588&wpfd_file_id=5978&token=d87eb9f65d84e91a8c3937f7277666a4&preview=1. Acesso em: 4 maio 2020.

15 PUBLICAÇÕES COMPLEMENTARES

CÁTEDRA UNESCO/UNICAP DOM HELDER CÂMARA DE DIREITOS HUMANOS. **Vade Mecum Covid-19**: leis e portarias. [2020]. Disponível em: http://www.unicap.br/catedradomhelder/wp-content/uploads/2020/04/Vade-Mecum-Covid-19-1.pdf. Acesso em: 8 maio 2020.